

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

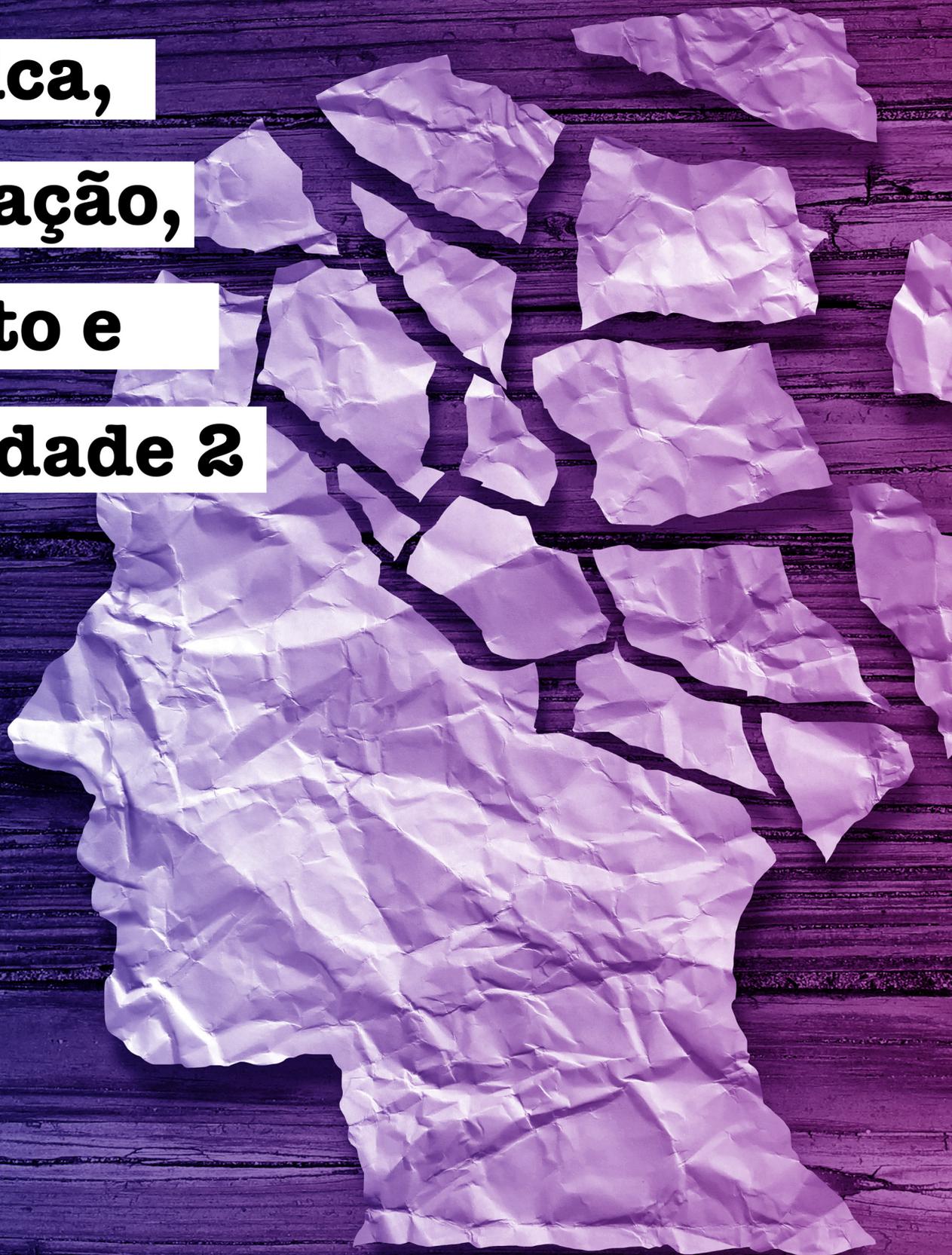
Filosofia

Política,

Educação,

Direito e

Sociedade 2



Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

Filosofia, Política, Educação, Direito e
Sociedade 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

F488 Filosofia, política, educação, direito e sociedade 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Filosofia, Política, Educação, Direito e Sociedade; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7247-095-7

DOI 10.22533/at.ed.957190402

1. Ciências sociais. 2. Direito. 3. Educação. 4. Filosofia. 5. Política.
6. Sociedade. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. II. Série.

CDD 300.5

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O objetivo do livro é o de aprofundar os estudos sobre FPEDE – Filosofia Política, Educação, Direito e Sociedade, uma vez que, o Brasil, historicamente, sempre se distinguiu por enormes desigualdades e pela exclusão social, econômica, étnico/racial, de gênero e cultural que, atualmente, vem crescendo em face de um modelo de Estado fundamentado na concepção neoliberal, no qual as políticas públicas priorizam os direitos políticos em detrimento dos direitos sociais. Existem declarações, documentos e leis que contemplam os direitos políticos, civis, econômicos, culturais, sociais e coletivos. Entretanto, a concretização desses direitos, na prática, não se realizam de imediato ou de modo natural. Nesse contexto nacional e também mundial, marcado pelo neoliberalismo econômico, é que se instala um verdadeiro abismo social, com um aumento cada vez maior de pessoas excluídas do processo de desenvolvimento econômico, destituídas das condições de dignidade humana. Em períodos de intensa globalização, o debate sobre a universalidade dos direitos humanos ganha novos contornos. Através especialmente da faceta econômica do processo globalizador, o mundo todo se encontra conectado, se inter-relaciona, e, com isso, a hegemonia do mercado capitalista mundial gera o temor da homogeneização. Por outro lado, as reações a esse processo trazem à tona as diferentes identidades e culturas, que mais e mais clamam ser respeitadas. A diversidade de culturas é uma riqueza, não há dúvida. Diferentes formas de ver o mundo, de viver o mundo; a variedade de tradições, de ritos e ritmos; as distintas comemorações e seus significados, os figurinos e seus coloridos. Como é encantador conhecer e aprender com o Outro! Contudo, o brilho da diversidade não deve cegar-nos a algumas práticas culturais que, embora pertencentes a culturas preciosas, acabam agredindo a Humanidade que há em todos nós. Sabe-se que os direitos humanos, após sua consolidação no século XVIII, passaram por transformações no sentido de que novas lutas foram agregando novos direitos ao conjunto. Se, a princípio, falar de direitos humanos significava tratar apenas de direitos civis e políticos, hoje tal denominação abarca também direitos sociais, direitos difusos – como o direito ao meio ambiente – e direitos coletivos – por exemplo, os direitos da mulher. Todavia, não obstante já terem passado mais de dois séculos do seu “nascimento” – cujo marco a história ocidental assenta na Revolução Francesa, de 1789 – sequer os direitos humanos ditos de primeira dimensão foram totalmente efetivados. Ainda que tais direitos sejam caracterizados como universais, isto é, pertencentes a todos os seres humanos, observa-se o desrespeito a direitos mais básicos – como o de não sofrer tratamento cruel ou degradante, para citar um – em várias partes do planeta. Algumas vezes esse desrespeito provém de afronta à própria lei que consagra os direitos. Outras vezes, eles acabam sendo violados por uma questão cultural, ou seja, por práticas culturais que, malgrado sejam exercidas há tempos e sejam aceitas por boa parte de seus praticantes, coíbem o desenvolvimento integral da pessoa, ferindo a dignidade humana e, por isso, constituindo uma ofensa

aos direitos humanos. Frente a esses eventos – globalização, temor de homogeneização, valorização da diversidade cultural –, como defender a existência de direitos humanos universais? De que forma sustentar que todos os seres humanos possuem direitos inalienáveis, independentemente das diferenças que há entre nós? Mais ainda: como demandar respeito a direitos básicos que todos temos ante práticas culturais que os violam, quando justamente a questão da cultura e de sua preservação levanta vozes em sua defesa? De que modo argumentar pelo apreço à dignidade humana, através do respeito aos direitos humanos, que, tal como se entende hoje, se consolidaram no Ocidente, sem que pareça que esta atitude seja um ato de imperialismo cultural? Eis alguns dos dilemas que os direitos humanos enfrentam nos dias atuais argumentos que se pode sustentar a erradicação de uma prática cultural que pareça violadora da dignidade humana, buscando-se um caminho o diálogo intercultural para que a defesa dos direitos humanos que são universais, ou seja, pertencem a todos independente de raça, religião, nacionalidade ou cultura em face de uma tradição não configure imperialismo cultural. A hipótese é a de que, tendo em vista que a cultura é uma categoria dinâmica, em constante processo de construção, e que as culturas se relacionam e se misturam, práticas culturais que aviltem o ser humano, mitigando o desenvolvimento de suas capacidades, merecem ser erradicadas – pelo diálogo intercultural, nunca por imposição em nome dos direitos humanos. É incontestável que não se deve impor ao Outro nosso olhar, nossa perspectiva, nossa maneira de ver. Isso não quer dizer, no entanto, que não se possa chegar a um consenso. Vislumbra-se um caminho: o diálogo intercultural. O interculturalismo entende a diversidade cultural como uma riqueza e tem a compreensão de que as culturas se relacionam, influenciando umas às outras, pois as culturas, sobretudo no mundo globalizado de hoje, aproximam-se, mesclam-se, tornam-se híbridas. A partir daí, e considerando que as culturas são dinâmicas, estando então num permanente processo de reconstrução, seja por circunstâncias internas ou externas (justamente no contato com outras culturas), parece possível que diferentes culturas aprendam umas com as outras na busca de valores comuns que levem ao respeito à dignidade humana sem que isso acarrete homogeneização. Por outro lado, já é hora de desvincular os direitos humanos de sua procedência histórica. Afinal, o fato de, no seu entendimento moderno, terem se consolidado no Ocidente não significa que devam ser mantidos necessariamente presos aos limites de sua origem. Quantos elementos de nossa própria cultura se originaram em outras? Ademais, os valores-base dos direitos humanos não pertencem exclusivamente a nenhum sistema cultural. E os direitos humanos têm se tornado mais e mais uma alternativa a possibilitar a coexistência humana pacífica e sempre mais enriquecedora entre diferentes no mesmo mundo. Como consequência disso, os direitos humanos são cotidianamente violados. Conforme dito anteriormente, esses direitos são assegurados em vários instrumentos jurídicos e conclamados em princípios universais tanto na ordem nacional como no ordenamento internacional. Contudo, o amplo respaldo documental não impede as constantes

violações dos direitos humanos em todo o mundo. Pensa-se, então, em formas de possibilitar o respeito e a eficácia desses direitos humanos que deveriam, na prática, ser consagrados. Nessa perspectiva, surge a educação em direitos humanos como um dos caminhos necessários para a efetivação dos direitos mais elementares e para a construção de uma sociedade mais justa e solidária. Como se lê em Horta (2000) a educação em direitos humanos situa-se em uma perspectiva crítica em relação ao modelo neoliberal vigente e impele o desvendar da sua racionalidade, suas implicações sociopolíticas e seus pressupostos éticos. A autora ressalta que promover processos educacionais sem questionar o paradigma hegemônico vigente significa esquivar-se da responsabilidade política da educação em relação ao presente e futuro. Com base nessa ótica de educação, deve-se propor uma ética que enfatize o público, a solidariedade e o bem comum. Compreender a educação como algo isento, à parte das relações sociais significa romantizar a educação. Se a política é algo inerente às relações sociais, não dá para compreender a educação fora do contexto social. Precisamos analisá-la como algo que é influenciado e que também influencia; como determinada e determinante social. Portanto, não basta o[a] professor[a] se preocupar em fazer bem o trabalho que faz, também é preciso que reflita sobre como o faz, sobre as implicações e consequências do que faz. (MATTOS, 2008. p. 8-9). A educação é um direito internacionalmente reconhecido, conforme se lê no art. 13 do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966: Os Estados partes do presente Pacto reconhecem o direito de toda pessoa à educação. Concordam em que a educação deverá visar ao pleno desenvolvimento da personalidade humana e do sentido de sua dignidade e fortalecer o respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais. Concordam ainda em que a educação deverá capacitar efetivamente de uma sociedade livre, favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e entre todos os grupos étnicos ou religiosos e promover as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz. (ALVES, 1997, p. 79, grifos nossos). Da citação acima se depreende a educação tanto como um direito em si mesma como também um meio indispensável para concretização de outros direitos. Segundo Zenaide e Tosi (2004), no Brasil, após a Constituição de 1988, o Estado Democrático de Direito admite os direitos humanos como parte integrante do arcabouço jurídico e institucional, das políticas sociais e da cultura democrática, o que torna a educação em direitos humanos tema central integrante da política de Estado. A discussão sobre a necessidade de uma educação em direitos humanos não é recente, nem está só no plano das ideias. O Programa Nacional de Direitos Humanos II (PNDH II), lançado pelo governo federal em 2002 dedica uma parte à educação com propostas para curto, médio e longo prazo, dentre eles o item 470: “Criar e fortalecer programas para o respeito aos direitos humanos nas escolas de ensino fundamental e médio através do sistema de temas transversais, assim como de uma disciplina sobre direitos humanos.” (BRASIL, 2002). Em 2003, o Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos lançou o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH,

2003). Conforme se lê nesse documento tal educação está direcionada para o fortalecimento do respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais do ser humano, dentre outros aspectos. Tal direcionamento do PNEDH (2003) baseia-se na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966. A Lei 9394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), reflete o propósito dos documentos acima mencionado ao dispor sobre os princípios e fins da educação nacional afirmando no artigo 2º, que a “[...] educação [...] inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. A identidade da educação em direitos humanos é um processo ainda em construção, não havendo consenso entre autores e autoras sobre sua definição (SACAVINO, 2009). E, pelo fato do conteúdo dos direitos humanos não ser neutro deve-se atentar para a polissemia. Tratou-se de uma primeira versão por meio da Criação do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos (CNEDH), por meio da portaria nº 98/1993 da SEDH/PR. Em 2006, foi concluído o Plano com sua versão final. 24 de expressões que são utilizadas de acordo com os interesses de determinados grupos sociais. Especialmente nas dimensões político-ideológica e pedagógica, convivem diferentes concepções, que vão do enfoque neoliberal, centralizado nos direitos individuais, civis e políticos até o enfoque histórico-crítico de caráter contra hegemônico, nos quais os direitos humanos são uma referência no processo de construção de uma sociedade diferente, justa, solidária e democrática, tendo como fundamento a indivisibilidade e interdependência das diferentes gerações de direitos (SACAVINO, 2009). Essas questões serão examinadas posteriormente. Assim, feita essas considerações, quais relações pode haver entre direitos humanos, democracia, cidadania e educação? A relação entre os direitos humanos e a democracia existe na medida em que esta é entendida como o regime político da soberania popular e do respeito aos direitos humanos, o que pressupõe seu reconhecimento, promoção e proteção. Tal democracia, ao englobar os direitos civis, a participação política direta, a garantia dos direitos sociais, econômicos e culturais sem privilégios para todos os membros da sociedade, cumpre as exigências da cidadania ativa. A educação escolar atua como um dos caminhos de conscientização dos direitos e deveres pelas pessoas que possivelmente terão maior oportunidade de atuar e interferir no contexto social colaborando na construção de outra sociedade em que vigore os direitos humanos. Conforme se lê em Ruiz (2008, p. 225): “Trata-se de entender a escola como um ambiente conflituoso, permeado constantemente por contradições no qual ocorrem, diuturnamente, ‘lutas pedagógicas’ que podem vir a somar-se com a luta sócio-política, em prol da transformação social”. Conforme pondera Konder (2004, p. 20) com base em Marx, “[...] a atividade do[a] educador[a] tem seus limites, porém é atividade humana, é práxis. É intervenção subjetiva na dinâmica pela qual a sociedade existe se transformando. Contribui, portanto, em certa medida, para o fazer-se história”. Com a

democratização de acesso à educação escolar, as crianças passam longos anos de suas vidas dentro de escolas e, durante esse período, pode-se promover processos que favoreçam o desenvolvimento crítico da realidade social, adoção das sementes da real noção de cidadania, de respeito ao outro e do espírito coletivo como também pode ocorrer a introjeção de valores de conformismo e aceitação do status quo do modelo neoliberal de sociedade vigente. O Brasil está no terceiro Plano Nacional de Direitos Humanos (2009) — PNDH III. Nas últimas três décadas sob o ponto de vista da legislação muito se tem anunciado os direitos humanos como requisito indispensável à concretização da democracia no país. O Estado também tem colocado ênfase na educação formal como um dos meios de construção de uma cultura de direitos humanos por meio da ratificação de vários pactos internacionais e elaboração de vários planos nacionais visando dar subsídios aos governos estaduais e municipais na elaboração e na execução de seus próprios programas de direitos humanos.

No artigo **O IMAGINÁRIO DE MILTON HATOUM: CAMPO DE POSSIBILIDADE PARA O SABER HISTÓRICO E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA**, o autor Arcângelo da Silva Ferreira nesse trabalho procura verificar e analisar a ideia de história no pensamento do escritor amazonense Milton Hatoum. Paralelo a isso, as possibilidades de sua narrativa para o ensino de História da Amazônia. o corpus de análise para esta investigação é a novela *Órfãos do Eldorado*. No artigo **O PROGRAMA BRASIL PROFISSIONALIZADO NAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS PUBLICADAS NO BANCO DE TESES E DISSERTAÇÕES DA CAPES**, os autores Suerda Maria Nogueira do Nascimento José Moisés Nunes da Silva com o objetivo de identificar as produções científicas que discutem essa política de educação profissional pesquisas promovidas acerca do Programa Brasil Profissionalizado. O artigo **O PROGRAMA JOVEM DE FUTURO DO INSTITUTO UNIBANCO EM ESCOLAS DO ENSINO MÉDIO DE BELÉM DO PARÁ**, dos autores Jhanielly Gonçalves Barbosa, Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos Santos, procura analisar o Programa Ensino Médio Inovador/Jovem de Futuro (ProEMI/JF) em escolas públicas do ensino médio de Belém, em especial, na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Presidente Costa e Silva, cujo objetivo é analisar como se configura o Programa Ensino Médio Inovador na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Presidente Costa e Silva. O artigo **O QUE SE TRABALHA SOBRE SI QUANDO SE ESTÁ A FILOSOFAR NO ENSINO, PROFESSOR?** o autor José Carlos Mendonça, busca mostrar como a atividade filosófica, como prática educativa, deve se caracterizar para que o sentido do ensino não se restrinja ao trabalho que visa mover o ‘sujeito’ ao redor do discursivo estritamente conceitual; mas, ao contrário, atrelado ao viver, ou a constituição de um “discurso interno” do sujeito sobre si, sobre sua situação, com o objetivo da modificação de si. No artigo **O TEMPO DA DÁDIVA: A ABERTURA DA RAZÃO ÉTICO-ESPIRITUAL NA INTERFACE DÁDIVA E EDUCAÇÃO**, os autores Ana Gregória de Lira, Rodrigo Nicéas Carneiro Leão, Tatiana Cristina dos Santos Araújo, Alexandre Simão de Freitas, objetivou caracterizar o fenômeno da dádiva, suas contribuições

para o campo educacional e elucidar o debate acerca das sutilezas que permeiam a ação educacional. também interligar a dívida à Educação e refletir sobre a ética que permeia a ação pedagógica movida pela dívida. **No artigo O TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A ORGANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO E O ESTÁGIO REMUNERADO**, as autoras Maria Cristina Leandro de Paiva, Thayane Lopes Miranda, Viviane Marina Andrade Silva, buscou –se discutir a organização e o atendimento às crianças na educação infantil, destacando as particulares subjacentes a esse atendimento, na Rede Municipal de Ensino de Natal/RN. O artigo **O TRABALHO E A CONSTRUÇÃO DA CULTURA DOCENTE**, a autora Roberta Ravaglio Gagno, procura refletir sobre a construção da cultura profissional do pedagogo, em especial no que tange aos processos de trabalho, sua interferência nessa construção, as condições e políticas educacionais no Paraná .No artigo, **O TRABALHO EM EQUIPE E A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA: REFLEXÕES SOBRE AS INFLUÊNCIAS DO TOYOTISMO NA EDUCAÇÃO**, os autores Valmir Pereira, José Cândido Rodrigues Neto, Maria Aparecida da Silva Bezerra, buscou investigar as repercussões e influências na educação, especialmente sobre a formação da mão de obra, as práticas escolares e educacionais e o antagonismo de classes. No artigo **AS CONCEPÇÕES FILOSÓFICAS E HISTÓRICAS SOBRE A FORMAÇÃO HUMANA E A TEORIA DO SER SOCIAL: UMA COMPARAÇÃO COM A CONCEPÇÃO MARXIANA** os autores: Eldernan dos Santos Dias, Roberto Lister Gomes Maia, apresentam um estudo sobre mediações entre a formação humana e suas possibilidades como pressuposto teórico e filosófico para o campo de conhecimento da Educação Física. No artigo **A INCLUSÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIA NO ÂMBITO ESCOLAR**, os autores Solange Aparecida de Souza Monteiro, Gabriella Rossetti Ferreira, Paulo Rennes de Marçal Ribeiro discutir sobre os direitos das crianças e adolescentes com deficiência no âmbito escolar, trazendo a luz, a partir de uma revisão bibliográfica. No artigo **AS CONTRIBUIÇÕES DAS AULAS EXPERIMENTAIS NA CONSTRUÇÃO DA ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**, os autores Gisele Carvalho Lomeu, Fátima Aparecida da Silva locca, discorrem sobre as contribuições das aulas experimentais para o processo de ensino e aprendizagem de conceitos científicos básicos abordados no ensino de Ciências na Educação Infantil, de uma escola do campo no Município de Terra Nova do Norte/MT. No artigo **AS ESCOLAS AMBULANTES NO TERRITÓRIO DO ACRE (1906-1930)**, os autores Mark Clark A Carvalho, Luciana Ferreira de Lira, Mizraiam Lima Chaves, objetivo realizar um resgate histórico acerca do processo de implantação e funcionamento das chamadas “escolas ambulantes” no antigo Território Federal do Acre na perspectiva de procurar evidenciar qual o papel desempenhado por esse tipo de organização escolar para as ações pioneiras de escolarização da população do antigo território. No artigo **AS NARRATIVAS ORAIS E PRÁTICAS CULTURAIS EM NARRADORES DE JAVÉ**, a autora Léa Evangelista Persicano proporcionar uma reflexão acerca de narrativas orais enquanto uma prática cultural que propicia uma ressignificação do passado, com projeções no

presente e no futuro. **No artigo AS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DAS CLASSES DE ALFABETIZAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAMPO GRANDE – MS, a autora NOVAIS, Pabliane Lemes Macena, com o objetivo, descobrir qual o papel da formação de professores na Rede Municipal de Ensino de Campo Grande – MS, se tem havido continuidade nas políticas adotadas pela Secretaria Municipal de Educação e, ainda, se as ações desenvolvidas nos dois cenários aqui abordados (Educação Infantil e Classes de Alfabetização do Ensino Fundamental).** No artigo **AUTOESTIMA E APRENDIZAGEM: REFLEXÕES SOBRE UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA INCLUSIVA,** as autoras Carolina Barreiros de Lima, Janaína Moreira Pacheco de Souza discute a importância do planejamento pedagógico voltado para questões relacionadas à autoestima e ao fracasso escolar. No artigo a **AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO ENSINO SUPERIOR: PRODUÇÃO, TENDÊNCIAS E CONCEPÇÕES NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES,** a autora COSTA, Simone Freitas Pereira, realizou um balanço de produções sobre o tema supracitado sobre o tema avaliação da aprendizagem, consultando teses, dissertações e artigos publicados em periódicos científicos no Brasil, contemplando o período de 1999 a 2008. **No artigo AVALIAÇÕES EM MATEMÁTICA: O ERRO ENQUANTO FERRAMENTA PEDAGÓGICA NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM,** André Ricardo Lucas Vieira, o artigo analisa a concepção de erro em avaliações de matemática da Educação Básica, partindo das contribuições da pedagogia construtivista na perspectiva de se considerar o erro como uma estratégia pedagógica de promoção da aprendizagem. No artigo **BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS DESAFIOS DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR PARA A EFETIVAÇÃO DA EDUCAÇÃO PLENA,** a autora Fabiana Aparecida Menegazzo Cordeiro, procurou demonstrar que apesar do principal objetivo do movimento de criação de uma Base Nacional Comum Curricular ser a consolidação da educação promotora da formação integral da pessoa e, apesar do vasto conteúdo legislativo, de fato, não se vê, na prática, sintonia e esforços para a reestruturação necessária para a efetividade do ensino transformador. No artigo **CAMINHOS E DESCAMINHOS NA FORMAÇÃO DOCENTE EM EDUCAÇÃO FÍSICA: Um estudo sobre a formação pelo PARFOR,** os autores, Marnilde Silva de Farias, Lana Cristina Barbosa de Melo, Joelma Carvalho Sales, Marcondes Baptista do Rêgo, Maristela Bortolon de Matos, Busca por meio da abordagem a formação e o processo de profissionalização docente em Educação Física, a partir das implicações decorrentes do PARFOR (Plano Nacional de Formação de Professores), como um programa de formação emergencial e necessário para consolidação das metas preconizadas pelo Plano Nacional de Educação e ainda em cumprimento as exigências de formação previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação. No artigo, **CAMINHOS TRILHADOS: PESQUISAS SOBRE A DOCÊNCIA NA ACADEMIA DA FORÇA AÉREA,** Josélia Maria Costa Hernandez, Este artigo refere-se à descrição da terceira etapa de pesquisas sobre o processo de profissionalização do professor da Academia

da Força Aérea (AFA) produzidas pelo grupo de estudos Processos Educacionais – Propostas de Estudo (PEPE), vinculado à linha de pesquisa formação e profissionalização docente no ensino superior militar do Grupo de Estudos e Pesquisas em Assuntos de Defesa (GEPAD) da AFA.. No artigo **CÍCERO ARPINO CALDEIRA BRANT: PRIMEIRO DIRETOR DO GRUPO ESCOLAR DE DIAMANTINA (1907-1909)**, os autores, Luan Manoel Thomé e Flávio César Freitas Vieira, pesquisou sobre o primeiro diretor do Grupo Escolar de Diamantina (GED) Cícero Arpino Caldeira Brant . No artigo **Cidadania e Território: Os Desafios Contemporâneos da Crise Ambiental no Espaço da Cidadania**, o autor, Bruno Rego, Pensada sempre nos limites territoriais de um espaço nacional, a noção clássica de Estado-nação tornou-se um conceito cuja operacionalidade foi fracturada em face das grandes tendências e desafios com o que o século XXI se confronta, desafios esses cuja resolução tem de ser enfocada primordialmente num plano global. No artigo **CINEMA, DIVERSIDADE E EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE: DIÁLOGO POSSÍVEL**, os autores **Maristela Rosso Walker, Ademarcia Lopes de Oliveira Costa, Cassia Peres Martins, Giovanna Marques Moreira Bertim, Guilherme Aparecido de Carvalho, Maria Fatima Menegazzo Nicodem** O trabalho buscou desenvolver o projeto de extensão “É papo de cinema! UTFPR – cinediversidade, educação e diversão”, na Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Santa Helena. Objetivou favorecer o acesso a acadêmicos, servidores da Universidade e comunidade circunvizinha à produção cinematográfica de diferentes categorias e gêneros, que remetam à temática da DIVERSIDADE social, racial, étnica, sexual, cultural, educacional, a cultura africana, afrodescendente e indígena. No artigo **Coeducação uma proposta para aulas de educação física no ensino fundamental** as autoras, Raymara Fonseca dos Santos, Patrícia dos Santos Trindade, Dainessa de Souza Carneiro, Lucas Diógenes Leão, Gerleison Ribeiro Barros, o objetivo é investigar se os professores de Educação Física adotam práticas pedagógicas pertinentes às questões de gênero, por meio de aulas coeducativas. No artigo **COMPLEXUS DA MARÉ: O PROCESSO DE HOMOGENEIZAÇÃO DA SOCIEDADE E DA EDUCAÇÃO** a autora Aline de Carvalho Moura, o objetivo deste trabalho é fazer alguns apontamentos sobre a relação entre a sociedade contemporânea e a educação, a partir de uma análise sobre os CIEPs do Complexo da Maré.

Solange Aparecida de Souza Monteiro

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
O IMAGINÁRIO DE MILTON HATOUM: CAMPO DE POSSIBILIDADE PARA O SABER HISTÓRICO E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA.	
Arcângelo da Silva Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.9571904021	
CAPÍTULO 2	13
O PROGRAMA BRASIL PROFISSIONALIZADO NAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS PUBLICADAS NO BANCO DE TESES E DISSERTAÇÕES DA CAPES	
Suerda Maria Nogueira do Nascimento	
José Moisés Nunes da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.9571904022	
CAPÍTULO 3	24
O PROGRAMA JOVEM DE FUTURO DO INSTITUTO UNIBANCO EM ESCOLAS DO ENSINO MÉDIO DE BELÉM DO PARÁ.	
Jhanielly Gonçalves Barbosa	
Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.9571904023	
CAPÍTULO 4	31
O QUE SE TRABALHA SOBRE SI QUANDO SE ESTÁ A FILOSOFAR NO ENSINO, PROFESSOR?	
José Carlos Mendonça	
DOI 10.22533/at.ed.9571904024	
CAPÍTULO 5	55
O TEMPO DA DÁDIVA: A ABERTURA DA RAZÃO ÉTICO-ESPIRITUAL NA INTERFACE DÁDIVA E EDUCAÇÃO	
Ana Gregória de Lira	
Rodrigo Nicéas Carneiro Leão	
Tatiana Cristina dos Santos Araújo	
Alexandre Simão de Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.9571904025	
CAPÍTULO 6	70
O TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A ORGANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO E O ESTÁGIO REMUNERADO	
Maria Cristina Leandro de Paiva	
Thayane Lopes Miranda	
Viviane Marina Andrade Silva	
DOI 10.22533/at.ed.9571904026	
CAPÍTULO 7	80
O TRABALHO E A CONSTRUÇÃO DA CULTURA DOCENTE	
Roberta Ravaglio Gagno	
DOI 10.22533/at.ed.9571904027	

CAPÍTULO 8	91
O TRABALHO EM EQUIPE E A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA: REFLEXÕES SOBRE AS INFLUÊNCIAS DO TOYOTISMO NA EDUCAÇÃO	
Valmir Pereira José Cândido Rodrigues Neto Maria Aparecida da Silva Bezerra	
DOI 10.22533/at.ed.9571904028	
CAPÍTULO 9	99
AS CONCEPÇÕES FILOSÓFICAS E HISTÓRICAS SOBRE A FORMAÇÃO HUMANA E A TEORIA DO SER SOCIAL: UMA COMPARAÇÃO COM A CONCEPÇÃO MARXIANA.	
Eldernan dos Santos Dias Roberto Lister Gomes Maia	
DOI 10.22533/at.ed.9571904029	
CAPÍTULO 10	112
A INCLUSÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIA NO ÂMBITO ESCOLAR	
Solange Aparecida de Souza Monteiro Gabriella Rossetti Ferreira Paulo Rennes de Marçal Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.95719040210	
CAPÍTULO 11	121
AS CONTRIBUIÇÕES DAS AULAS EXPERIMENTAIS NA CONSTRUÇÃO DA ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Gisele Carvalho Lomeu Fátima Aparecida da Silva Iocca	
DOI 10.22533/at.ed.95719040211	
CAPÍTULO 12	126
AS ESCOLAS AMBULANTES NO TERRITÓRIO DO ACRE (1906-1930)	
Mark Clark A. Carvalho Luciana Ferreira de Lira Mizraiam Lima Chaves	
DOI 10.22533/at.ed.95719040212	
CAPÍTULO 13	139
AS NARRATIVAS ORAIS E PRÁTICAS CULTURAIS EM <i>NARRADORES DE JAVÉ</i>	
Léa Evangelista Persicano	
DOI 10.22533/at.ed.95719040213	
CAPÍTULO 14	146
AUTOESTIMA E APRENDIZAGEM: REFLEXÕES SOBRE UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA INCLUSIVA	
Carolina Barreiros de Lima Janaína Moreira Pacheco de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.95719040214	
CAPÍTULO 15	156
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO ENSINO SUPERIOR: PRODUÇÃO, TENDÊNCIAS E CONCEPÇÕES NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES	
Simone Freitas Pereira Costa	
DOI 10.22533/at.ed.95719040215	

CAPÍTULO 16	166
AVALIAÇÕES EM MATEMÁTICA: O ERRO ENQUANTO FERRAMENTA PEDAGÓGICA NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM	
André Ricardo Lucas Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.95719040216	
CAPÍTULO 17	179
BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS DESAFIOS DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR PARA A EFETIVAÇÃO DA EDUCAÇÃO PLENA.	
Fabiana Aparecida Menegazzo Cordeiro.	
DOI 10.22533/at.ed.95719040217	
CAPÍTULO 18	189
CAMINHOS E DESCAMINHOS NA FORMAÇÃO DOCENTE EM EDUCAÇÃO FÍSICA: UM ESTUDO SOBRE A FORMAÇÃO PELO PARFOR	
Marnilde Silva de Farias	
Lana Cristina Barbosa de Melo	
Joelma Carvalho Sales	
Marcondes Baptista do Rêgo	
Maristela Bortolon de Matos	
DOI 10.22533/at.ed.95719040218	
CAPÍTULO 19	200
CAMINHOS TRILHADOS: PESQUISAS SOBRE A DOCÊNCIA NA ACADEMIA DA FORÇA AÉREA	
Josélia Maria Costa Hernandez	
DOI 10.22533/at.ed.95719040219	
CAPÍTULO 20	210
CÍCERO ARPINO CALDEIRA BRANT: PRIMEIRO DIRETOR DO GRUPO ESCOLAR DE DIAMANTINA (1907-1909)	
Luan Manoel Thomé	
Flávio César Freitas Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.95719040220	
CAPÍTULO 21	222
CIDADANIA E TERRITÓRIO: OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DA CRISE AMBIENTAL NO ESPAÇO DA CIDADANIA	
Bruno Rego	
DOI 10.22533/at.ed.95719040221	
CAPÍTULO 22	231
CINEMA, DIVERSIDADE E EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE: DIÁLOGO POSSÍVEL.	
Maristela Rosso Walker	
Ademarcia Lopes de Oliveira Costa	
Cassia Peres Martins	
Giovanna Marques Moreira Bertim	
Guilherme Aparecido de Carvalho	
Maria Fatima Menegazzo Nicodem	
DOI 10.22533/at.ed.95719040222	

CAPÍTULO 23 242

COEDUCAÇÃO: UMA PROPOSTA PARA AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO FUNDAMENTAL

Raymara Fonseca dos Santos

Patrícia dos Santos Trindade

Dainessa de Souza Carneiro

Lucas Diógenes Leão

Gerleison Ribeiro Barros

DOI 10.22533/at.ed.95719040223

CAPÍTULO 24 252

COMPLEXUS DA MARÉ: O PROCESSO DE HOMOGENEIZAÇÃO DA SOCIEDADE E DA EDUCAÇÃO

Aline de Carvalho Moura

DOI 10.22533/at.ed.95719040225

SOBRE A ORGANIZADORA..... 265

CAMINHOS E DESCAMINHOS NA FORMAÇÃO DOCENTE EM EDUCAÇÃO FÍSICA: UM ESTUDO SOBRE A FORMAÇÃO PELO PARFOR

Marnilde Silva de Farias

IFRR/UERR, Mestrado Acadêmico em Educação.
Boa Vista-Roraima.

Lana Cristina Barbosa de Melo

IFRR/UERR, Mestrado Acadêmico em Educação.
Boa Vista-Roraima.

Joelma Carvalho Sales

IFRR/UERR, Mestrado Acadêmico em Educação.
Boa Vista-Roraima.

Marcondes Baptista do Rêgo

IFRR/UERR, Mestrado Acadêmico em Educação.
Boa Vista-Roraima.

Maristela Bortolon de Matos

IFRR/UERR, Mestrado Acadêmico em Educação.
Boa Vista-Roraima.

RESUMO: Este artigo tem como abordagem a formação e o processo de profissionalização docente em Educação Física, a partir das implicações decorrentes do PARFOR (Plano Nacional de Formação de Professores), como um programa de formação emergencial e necessário para consolidação das metas preconizadas pelo Plano Nacional de Educação e ainda em cumprimento as exigências de formação previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Diante disso, o objetivo do estudo consistiu em conhecer o perfil dos professores em formação no Curso de

Licenciatura em Educação Física pelo PARFOR no IFRR, no entanto para isso foi necessário um diálogo entre as dimensões da formação e da profissionalização para uma melhor compreensão da situação atual e do programa de formação em questão. Para tanto, utilizou-se de uma abordagem qualitativa, com características quantitativas de informação, por meio do instrumento questionário semi-estruturado, pesquisa bibliográfica e documental. Constatou-se por meio das respostas demonstradas pelos participantes quanto ao desejo de colocar em prática os conhecimentos e vivências adquiridas no processo de formação e pela investigação reconhecem a necessidade de repensar sua prática pedagógica e o valor da Educação Física, enquanto uma disciplina capaz de mobilizar saberes e ações integradoras na Escola.

PALAVRAS-CHAVE: Formação inicial e contínua. Profissão docente. Profissionalização.

ABSTRACT: This article focuses on the training and the process of teacher professionalization in Physical Education, based on the implications of PARFOR (National Teacher Training Plan), as an emergency training program and necessary for the consolidation of the goals set by the National Plan of Education. Education and also in compliance with the training requirements set forth in the Law of Guidelines and Bases of Education. Therefore, the objective of the study

was to know the profile of the teachers in training in the Degree in Physical Education by PARFOR in the IFRR, however for this it was necessary a dialogue between the dimensions of training and professionalization for a better understanding of the situation and the training program in question. For that, a qualitative approach was used, with quantitative characteristics of information, through the instrument semi-structured questionnaire, bibliographical and documentary research. It was verified through the answers demonstrated by the participants about the desire to put into practice the knowledge and experiences acquired in the training process and the research recognize the need to rethink their pedagogical practice and the value of Physical Education as a discipline capable of mobilizing knowledge and actions in the school.

KEYWORDS: Initial and continuous training. Teaching profession. Professionalism.

1 | INTRODUÇÃO

A globalização das informações e a necessidade de investimento na formação de Professores da rede básica de ensino fizeram com que fossem construídas políticas de formação continuada como o Programa PARFOR (Plano Nacional de Formação de Professores), que mediante parcerias com os Estados, Municípios e Instituições de Ensino Superior de todo o país, desenvolvem cursos superiores gratuitos a professores em exercício nas escolas da rede pública de ensino, com o objetivo de adequá-los a necessidade de formação necessária ao currículo da Educação Básica, com disciplinas específicas a este currículo.

Esta formação obedece a um eixo de formação técnica ou pedagógica conforme o percurso anterior de formação deste docente. Este Programa tem o respaldo do decreto N.º 6.755/2009. O novo contexto educacional exige adequações não só aos educadores, vêm exigindo também mudanças nos processos de gestão, principalmente no direcionamento da gestão pedagógica.

Neste cenário, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, Campus Boa Vista, agregado a este Programa vem oferecendo desde 2010.1 a formação formal aos docentes que ministram a disciplina Educação Física e que na Instituição vem receber a formação técnica e pedagógica específica e baseada nos preceitos preconizados pelo Programa que é uma formação inovadora e participativa, cuja proposta de gestão docente passa pela competência em perceber o papel da Educação Física como elo de possibilidades interdisciplinares e mobilizadoras de saberes.

2 | BREVE HISTÓRICO SOBRE O PARFOR COMO POLÍTICA DE FORMAÇÃO DOCENTE

O Plano Nacional de Formação de Professores da Rede Básica - PARFOR é um plano decorrente da criação de políticas emergenciais adotadas pelo governo federal

em prol da melhoria da qualidade do ensino da educação básica, no que se refere à formação de professores e a necessidade de fortalecimento de formação especializada nas diversas áreas do conhecimento.

A partir da publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN nº 9.394/96, muitas são as inquietações que se formaram em torno da formação dos professores e conseqüentemente as discussões e proposições se deram com o intuito de procurar cumprir o que emana a lei que determina em seu Art. 62: “[...] § 1º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério.” (BRASIL, 2009).

Nesse sentido, foi lançado em 2001, o Plano Nacional da Educação - PNE, regulamentado pela Lei 10.172, de 20 /01/2001, objetivando investir na qualidade de forma a assegurar a:

[...] elevação global do nível de escolaridade da população; a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis; a redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública e democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 2001).

Assim sendo, pode-se perceber que o plano surge de uma política de caráter emergencial e é gerenciado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), sendo desenvolvido em regime de cooperação com o Ministério da Educação e Cultura (MEC), as secretarias de educação dos estados e municípios e as instituições públicas e comunitárias de ensino superior.

Dentre os objetivos dessa Política, pode-se destacar: a promoção e melhoria da qualidade da educação básica pública e conseqüentemente a valorização do docente, por meio de ações de formação inicial e continuada que estimulem o acesso, ingresso e a permanência, além da progressão na carreira (Brasil, 2009).

De acordo com Saviani (2009), as batalhas dos professores por formação vem desde a Revolução Francesa, no fim do século 18 e perduram até os dias atuais, onde além de formação os professores lutam por um plano de carreira digno e melhores condições de trabalho, no quesito financeiro e estrutural e sobre profissionalização é que trata o tópico a seguir.

3 | A FORMAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO DE PROFESSORES COMO META DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Refletir e problematizar sobre os desafios no cenário da educação brasileira é antes de tudo pensar e acreditar no trabalho e na importância do professor, como agente responsável pelo processo, mas lembrando que não são os únicos responsáveis por tal quadro educacional e também não são a única ‘ferramenta’ capaz de mudar a

realidade que se apresenta.

Existem muitos fatores envolvidos que precisam ser pensados e discutidos e um desses fatores é a formação inicial e contínua. Além da formação, também há necessidade de se pensar no reconhecimento e valorização profissional que constituem a identidade do docente. Segundo Souza e Souza (2012), a educação é vista como prática social, e a identidade profissional dos professores é construída na relação com o momento histórico, cultural e político em que ele está inserido e exerce sua carreira profissional.

Ao pensar a formação e a profissionalização dos docentes, é indispensável que se pense sobre as reformas educacionais que estão diretamente vinculadas ao processo. As reformas e políticas educacionais tem-se constituído a partir da problemática formação e profissionalização.

Desde meados da década de 80 se tem relatos de que as reformas educacionais são oriundas da necessidade de formação e profissionalização dos docentes, visto que tem-se atribuído o “fracasso” e o baixo índice da qualidade da educação como consequência da má qualidade ou ausência da formação adequada e necessária do professor.

Diante do exposto, a profissionalização surge como proposta para melhorar o desenvolvimento didático e pedagógico dos professores e muitas vezes é apontada até mesmo como solução dos problemas da escola, o que não considero verdade. O PARFOR nesse contexto, é um programa que tem como um de seus principais desafios a profissionalização docente para melhorar a qualificação da educação básica.

Considerando o exposto, uma realidade é que o Plano Nacional de Educação-PNE 2001-2010, regulamentado pela lei nº. 10.172 (Brasil, 2001), declara a necessidade de formação dos professores como um dos maiores desafios a serem superados e estabelece metas para a ampliação da oferta de cursos de formação, em nível superior, para professores da educação infantil e dos ensinos fundamental e médio e para superar esse desafio nasceu a proposta do PARFOR como política de formação e profissionalização. Também o atual PNE, lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014 (Brasil, 2014), revela preocupação com a qualificação docente para a educação básica em duas das vinte metas que o compõem.

Portanto, a proposta de profissionalização se faz necessária para que a educação básica seja melhor ofertada em termos de qualificação de professores e ensino, visto que um dos problemas relatados é falta de formação para lecionar e professores lecionando em áreas diversas da sua formação inicial.

4 | A CONTRIBUIÇÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

No final dos anos 80 no Brasil com a aprovação da Constituição Federal, se garantiu no Art. 214, inciso V que via Plano Nacional de Educação se garantisse a

promoção humanística, científica e tecnológica do país. (BRASIL,1988). Com a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em 1990, em Jomtien, na Tailândia foi construída a Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem, a qual garantiu em seu texto orientações quanto a necessidade do desenvolvimento de políticas públicas educacionais que primassem pela a universalização das aprendizagens básicas ao desenvolvimento humano.

Corrobora também o Relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o séc.XXI, onde se enfatiza a qualidade da educação para o desenvolvimento humano e são destacados os quatro pilares que sustentam uma educação nessa perspectiva, quais sejam: “*aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser*”. (DELORS, 2001).

Considerando estes pilares e trazendo para a responsabilidade da Educação Física-EF com esta premissa, verifica-se o paradigma que o professor de EF deve transpor em seu processo formativo, para que se despoje de um conhecimento mais específico e vislumbre uma ampliação de sua formação, em especial da formação continuada para que de fato o seu fazer pedagógico junto ao aluno, garanta esta formação integral em prol de uma educação que segundo Brandão (2002, p.83), prime pela integralidade, no sentido da formação do “educando cidadão”.

De acordo com a Resolução CONFEF nº 046 / 2002, Capítulo II – Educação Física, do Documento de Intervenção do Profissional de Educação Física – CONFEF, órgão regulamentador da Profissão de Educação Física em nível nacional, entende-se por Educação Física:

O conjunto das atividades físicas e desportivas; A profissão constituída pelo conjunto dos graduados habilitados, e demais habilitados, no Sistema CONFEF/CREFs, para atender as demandas sociais referentes às atividades físicas nas suas diferentes manifestações, constituindo-se em um meio efetivo para a conquista de um estilo de vida ativo dos seres humanos; O componente curricular obrigatório, em todos os níveis e modalidades do ensino básico, cujos objetivos estão expressos em Legislação específica e nos projetos pedagógicos; Área de estudo e/ou disciplina no Ensino Superior; O corpo de conhecimentos, entendido como o conjunto de conceitos, teorias e procedimentos empregados para elucidar problemas teóricos e práticos, relacionados à esfera profissional e ao empreendimento científico, na área específica das atividades físicas, desportivas e similares. (BRASIL, 2002)

Mediante a definição do Conselho, verifica-se a amplitude formativa que o professor de EF deve ter quanto a responsabilidade com a formação integral do aluno, à medida que esta formação traz em sua compreensão o desenvolvimento dos aspectos físicos, culturais, psicológico, biológico e social que conforme Moraes (1995, p.24) este profissional, assim com os demais educadores “[...] está chamado e autorizado para intervir em vidas”.

Esta intervenção perpassa por compromissos profissionais e humanos que trazem posturas individuais quanto ao professor que se deseja ser e, cuja opção por estas atitudes não vem dos bancos da universidade, mas do desejo pessoal e da

tomada de decisão quanto a romper com uma formação mais cartesiana e técnica.

O entendimento da educação enquanto formação integral na LDBEN tem destaque nos seguintes artigos:

Art. 1º “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”.

Art. 2º Assim concebida, “a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação. para o trabalho” (BRASIL, 1996).

Portanto, ao considerar os princípios a EF, enquanto componente integrante do currículo da Educação Básica tem-se como compromisso garantir estes princípios a partir de sua especificidade formativa. Entre estas está a sensibilização quanto ao sentido do respeito ao corpo em atitudes de qualidade de vida e prevenção à doenças, o respeito ao outro e a natureza, os valores culturais e humanos a partir do respeito às diferenças e aos diferentes., enfim, a valorização de atitudes a favor do humano e da humanização.

Nesta perspectiva o professor de EF tem como compromisso cercar-se de conhecimentos que estimule e sensibilize estas práticas, onde a solidariedade seja mais valorizada que a competição, o olhar coletivo seja substituído pelo individual e onde o esporte seja uma integração e não uma disputa extrema e sem compaixão.

5 | MATERIAIS E MÉTODOS

Considerando a natureza investigativa desta pesquisa o método utilizado foi fenomenológico de característica qualitativa de caráter exploratório-descritivo em função dos objetivos propostos. Por outro lado, também se caracterizou por uma abordagem quantitativa, vez que se fez necessário compreender, de forma mais abrangente, a realidade dos envolvidos a fim de ter uma visão mais apurada sobre o fato analisado e se utilizou de instrumento de classificação.

Para Bogdan e Biklen (1982) in Ludke e André (1986), a pesquisa qualitativa ou naturalística, envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes.

Nesse sentido, a pesquisa mescla de forma inter-relacionada e complementar os procedimentos metodológicos de abordagem qualitativa e quantitativa, tendo-se o pressuposto de que as duas abordagens “podem e devem ser aplicados dentro de uma unidade epistemológica sem cair em contradição metodológica” (QUEIROZ, 2006, p. 94).

Também utilizou-se como suporte a pesquisa bibliográfica e documental que

garantiram as conexões teóricas para a reflexão sobre a problemática posta. Para a coleta das informações, se fez uso do instrumento questionário semi estruturado para que os participantes pudessem se expressar sobre o tema e participaram da pesquisa 52 professores em formação, sendo 24 professores da 1ª licenciatura e 28 professores da 2ª licenciatura em Educação Física.

6 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

O PARFOR em Roraima atende professores de diversos municípios do Estado e também de todas as esferas de Educação. Especificamente no Instituto Federal de Roraima as “aulas-encontros” no PARFOR acontecem de 15 em 15 dias nos dias de quinta e sexta-feira no período noturno e sábado nos três turnos. Nesse caso os professores em formação pelo PARFOR, também estão em atuação, ou seja, caracteriza-se como formação em serviço. Apesar da formação ser paralela a atuação, o coordenador relatou que o índice de evasão é muito pequeno comparado aos cursos na modalidade regular na mesma instituição.

O questionário teve 7(sete) questões, sendo que a primeira questão teve como objetivo saber o gênero predominante no curso, onde foi verificado que na primeira licenciatura a porcentagem do gênero masculino e feminino participantes da pesquisa é igual, porém na segunda licenciatura a porcentagem é de 68% para o sexo feminino, o que exerce uma predominância maior de mulheres do que homens.

Sobre as discussões pertinentes à concepção e predominância de gênero estão associadas a uma questão de poder que sempre esteve presente na sociedade e provocaram desigualdades sociais, de padrões e comportamentos decorrentes de um determinismo biológico. Esse determinismo biológico esteve muito presente na história da Educação Física desde o princípio, porém é válido destacar que a predominância da “masculinidade” na Educação Física, principalmente em um curso de formação de professores não é mais um ponto de destaque.

A segunda questão questionou a idade biológica de cada participante onde observa-se que a variação de idade da primeira licenciatura é acima de 31 anos, enquanto na segunda licenciatura a variação é acima de 25 anos. A idade muitas vezes determina as responsabilidades sociais e em um curso de formação de professores acredito que devem levar em consideração, as relações de trabalho e familiares, os valores éticos e morais, além da realidade cultural que está inserido cada indivíduo, visto que especialmente na realidade do PARFOR, os docente em formação vivem no mundo do trabalho e já estão inseridos no capitalismo.

Na terceira questão o objetivo era saber qual a última formação dos participantes. Na primeira licenciatura em Educação Física, 58% dos participantes declararam ter apenas o magistério como última formação, 25% dos participantes possuem curso superior e o curso predominante é pedagogia e 17% dos participantes declararam possuir especialização.

Sobre o nível de formação dos professores pesquisados que estão na 2ª Licenciatura em Educação Física. Todos os participantes possuem nível superior, cumprindo assim um dos requisitos para ingresso, sendo que o curso de formação inicial predominante é pedagogia. Dos 28 participantes da pesquisa, 21 declararam já ter cursado pós-graduação, sendo 20 possuindo especialização-*lato sensu* e apenas um possuindo mestrado - *strictu sensu*.

Para ingressar na primeira licenciatura é necessário seguir alguns requisitos estabelecidos pelos documentos que regulamentam o programa: estar vinculado a uma rede pública estadual, municipal ou do Distrito Federal; no exercício da atividade do magistério; não ter curso de licenciatura. No caso de possuir curso de licenciatura precisa estar disposto a realizar curso de licenciatura na etapa/disciplina em que atua em sala de aula.

Diante disso, tem-se a comprovação de que o programa está promovendo e contribuindo com o acesso dos professores em exercício na rede pública de educação básica à formação superior exigida pela LDBEN, visto que dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais em 2009 apontavam Roraima com 58% dos professores da educação Básica sem curso Superior

Na quarta questão o objetivo era saber quantos anos os participantes tem de atuação no magistério. Na primeira licenciatura a variação vai de 10 a 20 anos, sendo que 5 participantes declararam ter 14 anos de docência. Na segunda licenciatura a variação vai 4 a mais de 20 anos, sendo que 5 participantes declaram ter entre 13 e 15 anos de docência. Diante disso, é possível perceber que a média de tempo de docência predominante nas duas turmas é de 13 a 15 anos de atuação na Educação Básica.

Na quinta questão que teve por objetivo saber onde atuam os docentes em formação pelo PARFOR, os resultados revelam que mais de 60% dos professores, tanto da primeira quanto da segunda licenciatura atuam na zona urbana, porém é relevante destacar que este programa atende professores da zona rural e também da área indígena como revela os dados da pesquisa. As turmas de formação em regime especial é um grande desafio, principalmente pela característica de formação fragmentada. No entanto, os professores em formação pelo PARFOR, apresentam uma realidade da prática, considerando que já estão em exercício da profissão.

Na sexta questão o intuito foi conhecer os motivos que levaram os participantes escolherem o PARFOR. Na primeira licenciatura o motivo mais citado com 54% foi a necessidade de formação, visto que conforme os resultados apontam que 58% dos participantes não possuem nível superior. Na segunda licenciatura o motivo mais citado com 42% foi oportunidade, seguido pelo quesito sonho/desejo/curiosidade com 32%.

Na sétima questão o objetivo era saber quais as perspectivas após a formação, as respostas foram organizadas por frases predominantes, em ambas as turmas, a maior perspectiva após a formação é atuar na área, além de declararem que não estão atuando na área da formação e outros destacam que nunca atuaram com a educação

Física, mas escolheram a formação por uma necessidade de adequação no quadro estadual, onde compreendem a formação como uma “exigência”.

Um dos pontos que chama atenção na pesquisa é o fato de a maioria dos professores em formação não estarem lecionando na área que estão se qualificando, sendo este, um dos requisitos para ingresso no programa. O curso tem características específicas, sendo diferente de um curso regular. A primeira licenciatura no PARFOR é a que mais se difere, visto que os professores em formação já estão exercendo com mais de 10 anos a profissão docente.

Neste sentido é importante refletir sobre a contribuição de Tardif (2002), quando o mesmo aponta e defende que é o e no espaço de atuação profissional que se constrói o conhecimento, no entanto é necessário considerar o saber docente no espaço e tempo da formação que é responsável por legitimar o saber.

Nóvoa (1995), considera que formação não se constrói por acumulação, mas por meio de ações de reflexividade crítica sobre as práticas, além do permanente processo de “(re) construção” permanente de uma identidade e assim os saberes farão sentido. Desta forma, entende-se a formação pelo PARFOR como multiplicação, mas acima de tudo legitimação do saber.

7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo realizado pretendeu colaborar e refletir com os investimentos e políticas de formação de professores, visto que pode ser considerado um meio avaliativo de implementação de um programa. Buscou-se compreender os pressupostos que envolvem a formação a partir do conhecimento do perfil dos professores em formação pelo programa PARFOR no IFRR.

Compreendo que a qualidade da Educação depende de muitos fatores, também concordo que a formação é um deles. Refletindo sobre essa realidade um fator a ser pensando é a necessidade formativa que possui cada professor, dependendo da localidade de atuação, diante disso também é necessário avaliar e garantir que o curso tenha uma organicidade em relação à matriz curricular e o processo formativo, bem como repensar e se necessário adequar os currículos e suas formas de implementação, a fim de garantir que o processo seja relevante para todos os contextos e modalidades.

O perfil apresentado permite uma compreensão de que o PARFOR é um espaço de profissionalização. Portanto conclui-se este trabalho com o propósito de continuar a pesquisar as inquietações sobre o tema e por meio deste foi possível constatar que os participantes demonstram o desejo de colocar em prática os conhecimentos e vivências adquiridas no processo de formação e pela investigação reconhecem a necessidade de repensar sua prática pedagógica e o valor da Educação Física, enquanto uma disciplina capaz de mobilizar saberes e ações integradoras na educação

REFERENCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394**. Brasília: MEC/SEF, 1996.

_____. Resolução CEB nº 2, de 7 de abril de 1998. **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental**.

_____. **Plano Nacional de Educação**. Lei 10. 172/01 Brasília: Plano: MEC/INEP.

_____. Lei nº 12.056 de 13 de outubro de 2009. **Acrescenta parágrafos ao art. 62 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12056.htm#art1> Acesso em: 20 de abril de 2015

_____. Decreto nº 6.755, de 29 de Janeiro de 2009a. **Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências**. Brasília, DF, 30 de janeiro de 2009a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6755.htm> Acesso em: 10 de março de 2015.

_____. **Estudo exploratório sobre o professor brasileiro com base nos resultados do Censo Escolar da Educação Básica 2007** / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. – Brasília : Inep, 2009.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da educação básica: 2012** – resumo técnico. – Brasília: INEP, 2013.

_____. **Relatório de Gestão do PARFOR**. Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica – DEB. 2013

_____. **Lei Nº 13.005, de 25 de Junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação-PNE e dá Outras Providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm> Acesso em 22 de abril de 2015.

_____. Conselho Federal De Educação Física. **Apresenta informações sobre a Profissão da Educação Física e dados correlacionados**. Disponível em: <<http://www.confef.org.br/>>. Acesso em 18 de maio de 2015.

_____. **Resolução CONFEEF nº 046 / 2002**, Capítulo II – Educação Física, do Documento de Intervenção do Profissional de Educação Física – CONFEEF.

BOGDAN e BIKLEN (1982) in LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A educação popular na escola cidadã**. Petrópolis: Vozes, 2002.

CHAVES, Ma. do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves. **Cartilha de Elaboração de Projetos de Pesquisa**/ Ma. do Perpétuo Socorro R. Chaves – Manaus: UFAM/Grupo Inter-Ação, 2009.

DELORS, J. **Educação um tesouro a descobrir. Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre a educação para o século XXI**. Trad. José Carlos Eufrásio. São Paulo: Cortez, 2001.

GATTI, Bernardete **A. Formação de Professores no Brasil: características e problemas**. Revista

_____, Bernardete; BARRETTO, Elba Siqueira de Sá. **Professores no Brasil: impasses e desafios**. Brasília: Unesco, 2009.

LESNIESKI, Helen Lucy dos Santos. **Educação Física como Ação Socializadora para a aprendizagem na perspectiva das inteligências múltiplas**. Porto Velho RO: Sn, 2006. 57 fls.

MORAES, João Francisco Regis de. **Ética, Autoridade e Cidadania**. Belo Horizonte: Dois Pontos. V.2, n.23:5-11, Verão/95.

NÓVOA, Antônio (Coord.). **Os professores e a sua formação**. 2 ed. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

QUEIROZ, Luis Ricardo Silva. **Pesquisa quantitativa e pesquisa qualitativa: Perspectivas para o campo da etnomusicologia**. Revista Claves n. 2 - Novembro de 2006.

SAVIANI, Dermeval. **Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro**. Revista Brasileira de Educação v. 14 n. 40 jan./abr. 2009.

SEVERINO, Antônio Joaquim, 1941 – **Metodologia do trabalho científico**/ Antônio Joaquim Severino. – 23. ed. ver. E atualizada – São Paulo: Cortez, 2007.

SOUZA e SOUZA, Maria Luiza de. **Formação e Profissionalização Docente**. Revista EntreVer, Florianópolis, v. 2, n. 3, p. 289-294, jul./dez. 2012.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Tradução de Francisco Pereira. Petrópolis: Vozes, 2002.

THOMAS, Jerry R.; NELSON, Jack K.; SILVERMAN, Stephen: **Métodos de pesquisa em atividade física**. Tradução de Denise Regina de Sales, Márcia dos Santos Dornelles. – 5. Ed. – Porto Alegre: Artmed, 2007.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-095-7



9 788572 470957